

AGPTEA

ANO XXVII - Nº 52
Porto Alegre - RS
Edição Bimestral
abril/maio 97
Gestão 96/99
IMPRESSO

ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA

Fundada em 02/07/69 - Av. Desembargador André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - Centro - Porto Alegre - RS - Brasil

TRAMITA NA ASSEMBLÉIA PROJETO CRIANDO A SUPERINTENDÊNCIA DO ENSINO TÉCNICO

Foto: Letiano Ilha

Depois de ficar mofando nas gavetas do Palácio Piratini por mais de doze meses, o governo do Estado encaminhou à Assembleia Legislativa, no último dia 28 de fevereiro, o projeto de lei 044/97 que cria a Superintendência da Educação Profissional no Estado do Rio Grande do Sul (SUEPRO/RS), onde está incluído também o ensino técnico agrícola. Ficando fora o curso de magistério (2º Grau) e as escolas agrícolas de primeiro grau.

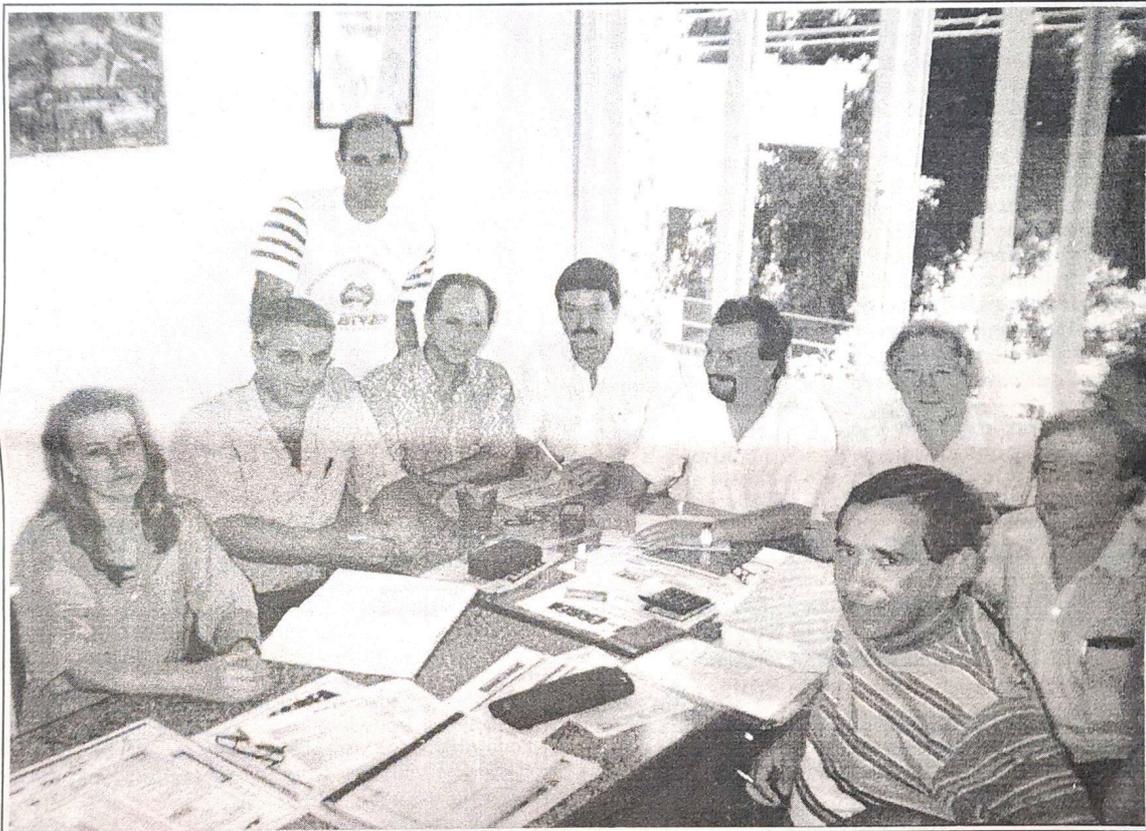
Segundo o projeto, a SUEPRO deverá propor as políticas, coordenar, organizar e acompanhar os cursos profissionalizantes, sob a coordenação da Secretaria Estadual da Educação (SEC), que fará uma espécie de acompanhamento pedagógico. Caso seja aprovado, a Superintendência terá uma administração regionalizada com poderes de buscar parcerias com entidades não-governamentais e empresariais, com o objetivo de ampliar a oferta de vagas no ensino profissionalizante em todo o Estado.

Avaliando o ensino técnico-profissionalizante, o vice-governador Vicente Bogo disse que o mesmo, com raras exceções, não vem respondendo às necessidades gerais e está dissociado das demandas, referindo-se às áreas de desenvolvimento econômico. "O mercado de trabalho está exigente", citou. "Com o SUEPRO o governo quer proporcionar a qualificação do ensino técnico para que os profissionais tenham um melhor aproveitamento no mercado de trabalho", justificou.

Orientado e supervisionado pelo Conselho de Planejamento, a Superintendência ficou adequada a nova sistemática da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que delibera sobre o ensino regular e profissionalizante, informou Martim Barboza, secretário executivo da Comissão que vinha elaborando o projeto por mais de 2 anos, sem a participação dos professores.

O presidente da Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola, Luiz Calvete Corrêa, entende que o projeto é viável, mas, no entanto, alerta que deverá sofrer algumas emendas para evitar a privatização camuflada.

"Porque o ensino agrícola de primeiro grau, foi excluído do projeto que cria a SUEPRO?", questiona Antônio Hélio Ilha, presidente da AGPTEA. "Será que querem terminar com estas escolas?"



A diretoria da AGPTEA reuniu-se na sede da entidade e discutiu a nova LDB e o projeto do governo estadual que cria a SUEPRO/RS

Leia nesta edição

Acordo beneficia estagiários do ensino técnico

Pág. 04

Governo não sabe quanto deve ao magistério

Pág. 05

Os professores gaúchos estão matando cachorro a "brito"

Pág. 02

Britto terceiriza ensino agrícola

Pág. 11

Escola Guaramano sedia o II ESBEA

Pág. 07

Técnica Ecológica

Pág. 08

EDITORIAL

Desemprego: destino dos nossos técnicos?

O problema do desemprego no Brasil começou no campo. A decorrência da falta de uma política agrícola no País, que venha realmente reativar o setor primário que é sem dúvida a mola mestra da economia, está gerando o empobrecimento do camponês como também dificultando o mercado de trabalho dos técnicos agrícolas que ora estão se formando. O comportamento do mercado de trabalho, neste setor, tem preocupado os professores das Escolas que desenvolvem o ensino agrotécnico.

Não é necessário a realização de uma pesquisa popular para se chegar à conclusão que o desemprego é um grande problema em nosso País. Notícias dão conta que aumentou com a implantação do Plano Real. O desemprego é um problema que preocupa mais que a falta de assistência à saúde, mais do que o analfabetismo, mais que a corrupção no setor público, e o pior vem aterrorizando a população brasileira no seu dia-a-dia. O desemprego gera muitas carências no indivíduo, a começar pela fome. Vejam que ironia. Num Brasil tão rico. Imaginem uma família com o chefe sem trabalho. Certamente a esposa e os filhos sofrem a crueldade da carência quantitativa e qualitativa de alimentos, casa e roupas, além da degradação moral.

Na mídia nos defrontamos com notícias como estas: "Pessoas a procura de emprego voltam para casa desoladas". "Há demissões e mais demissões". A tendência da regressão do mercado de trabalho que tem sido, infelizmente, a mais perceptível na estrutura socio-econômica brasileira desde que a lida camponesa perdeu substância por uma série de fatores, onde os principais pontos são a falta de assistência ao empresariado rural e aos trabalhadores que dele dependem. A história nos permite reproduzir que já houve épocas em que no Brasil mais de 60% da população viviam no campo, dele se alimentavam, nele formavam a sua família e a sua sociedade. Atualmente, a história registra que somente 40% dos homens rurais continuam no campo.

A política neoliberal empregado pelo governo federal e estadual não aponta uma perspectiva de incentivo à agricultura. Em vista disso, podemos prever que os nossos alunos também serão marginalizados no mercado de trabalho.

Pensem nisso.

AGPTEA

Associação Gaúcha de Professores
Técnicos de Ensino Agrícola

Fundada em 02/07/69 - Registrada sob o Nº 5418 - CGC 90027848/0001-05
Utilidade Pública D.O. 20/05/85 Proc. 584-12.00/85 - STAS 11102
Av. André da Rocha, 181/203 - CEP 90050-161 - POA - RS - Brasil
Fone: (051) 225-5748

DIRETORIA EXECUTIVA

- Presidente**
Antônio Hélvio de Souza Ilha
Vice-Presidente Administrativo
Nedi Almeida Jacondino
Vice-Presidente Educacional
Anselmo Kuhn
Vice-Presidente Financeiro
Neimo Malta Guterres
Secretário Geral
Antônio João Barbosa
Primeiro Secretário
Aldir Antônio Vicente
Tesoureiro Geral
Hilário Luiz Klein
Primeiro Tesoureiro
João Paulo Scaramussa

CONSELHO FISCAL

- Jader dos Santos Souza
Rudi Von Saltiel
Heitor Tomé da Rosa

Suplentes
Bento Cláudio Pereira
Wilson Antônio Arruda
Jane Vieira da Cunha

CONSELHO CONSULTIVO

- Luiz Calvete Correa
Inácio Gomes Moreira

Diagramação e projeto gráfico deste informativo é de Wilson Arruda Fº e Letiano Ilha

HUMOR



Educação em questão

Escolas agrícolas de 1º Grau

As Escolas Agrícolas de primeiro grau estão com os dias contados para que ocorra o fechamento. Tem muita gente afirmando, que estes educandários trás um custo muito alto para o Estado, e que não atendem os objetivos de suas regiões. Muitos tecnocratas entendem a educação como custo e não investimento na sociedade.

SMED - Porto Alegre

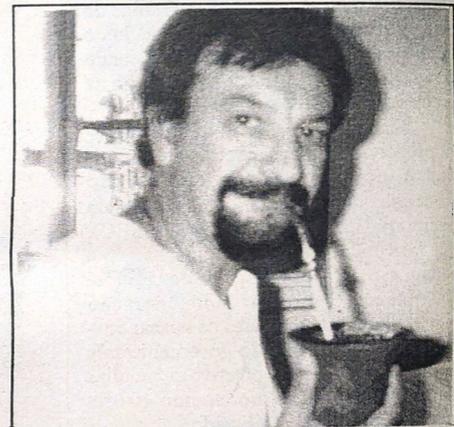
Em fevereiro deste ano, visitei a Secretaria Municipal de Educação da nossa Capital, pois desejava saber por que não estão sendo nomeados os professores concursados para a disciplina de técnicas agrícolas, já que neste ano, muitos professores de muitas disciplinas foram chamados para assumirem. Em entrevista com as professoras Andréia Krug e Dione Busetti, estas informaram-me que num primeiro momento ocorrerá uma discussão com os professores do município, para saber onde se localizam as escolas que desenvolvem o ensino agrícola e verificar a função deste ensino e a relação com as demais áreas.

Nós esperamos que ensino agrícola também não seja desprestigiado e desvalorizado pelo município de Porto Alegre, haja visto que em outras gestões este ensino desenvolveu excelentes trabalhos.

Salário do Magistério

O professorado gaúcho está matando "cachorro a brito" com os numerários congelados há dois anos, haja visto ao descumprimento de lei salarial elaborada pelo próprio governador.

Colegas, não se preocupem os aumentos de salários não vão demorar, pois os reajustes começarão a ocorrer logo após os pagamentos de impostos por parte da GM. As escolas agrícolas vão melhorar a sua situação financeira quando o nosso Estado obtiver retorno dos lucros financeiros resultantes de empréstimos aquela fábrica.



Antônio Hélvio Ilha - Presidente da AGPTEA

MTS - Sem Terra

Os sem terra, são os únicos brasileiros, que fazem oposição ao Plano FHC. Eles estão dando um exemplo de resistência na luta por um pedaço de chão para plantar. Enquanto cresce este movimento, os demais seguimentos da sociedade, Sindicatos, Diretórios Acadêmicos, Grêmio Estudantis, são patrolados pelo desânimo e alienação. Enquanto isso, a corrupção dos precatórios correm a solta.

Avaliação na educação

A própria imprensa esqueceu-se que no dia da avaliação houve boicote e muitos estudantes somente assinaram as provas e devolvendo-as em branco. O que foi mensurado?

Participe das atividades da AGPTEA em prol do desenvolvimento do ensino agrícola em nosso país.

Livros técnicos

As escolas agrícolas do estado receberam neste mês livros técnicos para as bibliotecas. A iniciativa da SEC, embora tardio, é devido as deficiências que as escolas tinham em oferecer recursos atualizados para os estudantes desenvolverem suas atividades.

Golpe no ensino

A Confederação Brasileira de professores de Ensino Agrícola critica o "golpe" no ensino profissionalizante. Em nota divulgada para a grande imprensa, a entidade afirma que, de um lado, são contratados recursos do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) para Centros de Ensino Profissional Agrícola, de outro, há possibilidade de desativar o Centro Rural de Carazinho e instalar um campus.

Grito gaúcho

Comentaram, na SEC, que o professor Calvete, durante o Debate sobre o "Profissional da Educação e a Educação Profissional", realizado na Assembleia Legislativa, no último dia 4 de março, foi "muito oposição".

Quem fez este comentário não conhece o Professor Calvete. Não sabe que há mais de trinta (30) anos ele luta pelo Ensino Agrícola. Na realidade, ele nunca foi "oposição" nem "situação". Quando necessária uma voz em defesa do ensino agrícola, ele se faz ouvir.

A propósito

Quando o governador Antônio Britto (PMDB) vai cumprir a Lei, que ele mesmo propôs, e pagar um salário digno aos professores?

Que vergonha governador!

Garra, graça e sensibilidade

Vilson Arruda Fº

Demonstrando a força e a energia feminina a gaúcha Zara de Souza Kornelius rompeu a discriminação machista dos anos 60 e, ingressou na Escola Técnica de Agricultura, em Viamão, no ano de 1962, tornando-se assim a primeira técnica agrícola do Brasil. Filha do professor de zootecnia, Ernesto Dutra de Souza, casou com o também técnico agrícola, o engenheiro agrônomo, Euclides Kornelius, que trabalha na EMBRAPA, na capital Federal (Brasília).



Formada em Administração Pública pela Universidade de Brasília, Zara Kornelius, é funcionária do Ministério do Planejamento. Graciosa e simpática, ela recebeu o colonista na sua residência, onde foi servido um o gostoso chimarrão, a moda gaúcha. Como mãe coruja não esqueceu de citar que tem três filhos, Cristine, Alexandre e Ricardo.

Preocupada com a realidade agrícola do país, Zara salientou que os governos deveriam dar mais atenção para os pequenos produtores rurais, com a finalidade de mantê-los no campo, e assim conter o cinturão de miséria que ocorre nas grandes metrópoles do Brasil.

Segundo ela, a maioria das pessoas que estão lutando pela posse da terra, são oportunistas.

Britto pode ser criticado

Quem não cumpre a Lei pode ser oficialmente criticado, como é o caso do governador Antônio Britto (RS) que poderá ser criticado publicamente por todos os professores dos Estado. A 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJ) negou liminar ao pedido de suspensão da propagação do Centro dos Professores do Estado (Cper/Sindicato), alegando que a entidade "tem direito à crítica pública publicitária contra o governador Antônio Britto". Em outubro do ano passado, o Cpers veiculou publicidade assinalando "a situação de calamidade e miséria" dos professores, referindo-se ao baixo salário da categoria. Ao julgar o mérito da ação, no último dia 20 de março, a 6ª Câmara deu ganho da causa aos professores.

SEC recua

A ressonância do alerta da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola - CBPEA -, começou a surtir os primeiros efeitos, no que se refere aos Centros de Desenvolvimento e Treinamento Profissional, criados por força do Decreto 36.696/96, mais precisamente quanto as Unidades Didáticas das Escolas Técnicas e Centros de Treinamento Rural - CRES -, cedidas pela Secretaria Estadual de Educação (SEC) à Secretaria da Agricultura, em acordo de cooperação firmado 01.07.96.

Ocorre que agora, depois de receber os dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), reconhecendo sua incapacidade, a Secretaria da Agricultura devolveu a SEC, as Unidades Didáticas que continuarão servindo ao Ensino Técnico. E o pior. As propaladas melhorias nas instalações e equipamentos, ainda, não vieram. **Venceu o bom senso.**

ENSINO

A Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola denuncia o golpe aplicado no ensino profissionalizante, mais especificamente no ensino agrícola, e com o intuito de instituir uma "reforma da educação profissional". Recentemente, o ministro Paulo Renato Souza e técnicos da Secretaria de Educação Média e Tecnológica "estiveram reunidos com representantes de uma missão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para Tratar da Reforma da Educação Profissional, no que se refere à contratação de recursos que financiam a reforma do ensino profissional, bem como, financiamento para instalação de novos centros de ensino profissional junto aos municípios e entidades representativas da sociedade".

ENSINO II

Simultaneamente, dez prefeitos da região de Carazinho, juntamente com a titular da 39ª Delegacia de Educação, estiveram com o governador Antônio Britto "para pedir apoio à instalação de um campus da Ulbra em uma área onde atualmente

funciona o Centro Rural de Ensino Supletivo (CRES), em Carazinho". De um lado são contratados recursos do BID para instalações de Centros de Ensino Profissional Agrícola, de outro, pretendem desativar um dos melhores e bem-instalado Centro Rural de Educação Profissional. Este é o Brasil que deve ser acordado. Depois pode ser tarde.

ENSINO III

Espera-se que o governador do Estado não apóie tal iniciativa que poderá denegrir a imagem da educação no Rio Grande do Sul, onde o ensino técnico sempre primou pela qualidade.

(Professor Luiz Calvete Corrêa, presidente da Confederação Brasileira dos Professores de Ensino Agrícola).

A matéria acima foi publicada no Jornal do Comércio do RS no dia 07/02/97, na coluna "Opinião e Debate", a qual reflete a mesma preocupação da Diretoria da Associação Gaúcha de Professores Técnicos de Ensino Agrícola (AGPTEA)

Há deficiências nos cursos de formação

A Confederação Brasileira dos Professores de Ensino Agrícola (CBPEA) está preocupada com a falta de cursos regulares para a habilitação de professores da área técnica agrícola. Somente no estado do Rio Grande do Sul, faltam mais de 1.200 professores. Um dos dirigentes da entidade, Antônio Ilha, afirma que já manteve vários contatos com a Ufrgs e com a Universidade de Santa Maria, na tentativa de encaminhar a criação de cursos de licenciatura, mas ainda não obteve resposta. A Secretaria de Educação (SEC) também extinguiu o Departamento de Ensino Agrícola.

PENSE BEM

Será que o Ministério da Educação e Desporto (MED) está preocupado com a educação tecnológica?

Clonagem em ovelha revolucionou o mundo



Os estudos genéticos do monge Mendel contribuíram para revolucionar o mundo da biocópia. Para surpresa dos atuais geneticistas a ovelha Dolly, com apenas sete meses de vida virou celebridade internacional numa granja perto de Edimburgo, na Escócia, quando um grupo de cientistas do Instituto Roslin apresentaram para a imprensa mundial a ovelhinha duplicata perfeita de uma outra ovelha adulta.

O embriologista Ian Wilmut, chefe da equipe que realizou a experiência explicou que o resultado foi obtido através da técnica da clonagem, que consiste em permitir cópias de seres vivos sem precisar de um espermatozoide. "Para isto foi recolhido DNA de uma célula do corpo de uma ovelha adulta e implantado em um óvulo não fertilizado da espécie".

Agora, as especulações são: Dolly será fértil? Ela será resistente a doenças? Qual será a sua expectativa de vida?, entre outras.

O embriologista Ian Wilmut,

Custos sobem e afetam a renda

"Um ano de paradoxos".

Foi assim que o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), Hugo Grudice Paz, classificou 1996, ao fazer um balanço das atividades. Os preços dos produtos agrícolas atingiram patamares elevados, observou Paz, mas isto não significou renda aos produtores na mesma proporção. Os motivos apontados são os elevados custos dos insumos, fretes e mão-de-obra.



O presidente da Farsul lamenta que, em 96, o Brasil tenha pago o custo de produção mais caro do mundo em função dos altos juros de financiamento. Isto provocou uma queda nas culturas de verão no RS, que totalizaram uma produção de 11,9 milhões de toneladas, contra 17 milhões em 95. Já o trigo teve recuperação, passando de 336,1 mil para 1 milhão de toneladas, segundo dados do IBGE. Para 97, o Instituto de Pesquisas Econômicas da Farsul projetava uma produção de 14,5 milhões de toneladas nas lavouras de verão, apostando no incremento da soja e do milho. Na lavoura orizícola, os números devem cair de 4,2 milhões para 3,9 milhões de toneladas.

O dirigente destaca a campanha de erradicação da febre aftosa como fator positivo, mas alerta para a necessidade do fortalecimento das barreiras sanitárias. Paz lamentou ainda a aprovação do Imposto Territorial Rural (ITR), criticando a agilidade no aumento do imposto contra a morosidade na elaboração de uma política agrícola. Finalizando sugeriu que se busque maior apoio do Legislativo para questões agrícolas.

Técnicos estudam problemas de intoxicação

A recém fundada Associação Brasileira de Especialistas em Toxicologia Animal vai congrega veterinários, zootecnistas, engenheiros, agrônomos, bioquímicos, técnicos agrícolas e farmacêuticos visando à criação de departamentos específicos sobre intoxicações por animais peçonhentos (cobras, lagartos, escorpiões), plantas tóxicas, alimentos e agrotóxicos. A nova entidade será presidida pelo técnico Victor Hugo Jacques que vai interagir o grupo.

Ciência agrícola: instrumento de cidadania

Desde que o reverendo economista inglês Thomas Malthus, na virada do século 18 para o 19, enunciou a sua tese de que a produção de alimentos crescia em proporção aritmética e a população em proporção geométrica, o contínuo progresso das técnicas agrícolas o tem desmentido sistematicamente, proporcionando ganhos de produtividade e aumento na produção de alimentos que, até há pouco, superaram amplamente as necessidades impostas pelo crescimento populacional mundial.

Acordo beneficia estagiários do ensino técnico

Um protocolo de intenções firmados entre as secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia do RS, no último mês de dezembro, está proporcionando aos alunos egressos dos cursos de técnico em agricultura e pecuária das 21 escolas do Estado e dos 5 Centros Rurais de Ensino Supletivo optar por estágios nas estações experimentais e nos centros de pesquisas mantidos pela Fundação de Pesquisa e Agropecuária. Os estágios, que darão direito ao diploma de técnico agrícola, vêm sendo feitos em empresas do setor privado, públicas ou cooperativas.

O coordenador do Ensino Técnico da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (SEC), Heitor Tomé da Rosa, garante que cerca de 6.500 alunos serão atingidos pela medida. O documento garante ainda, o aperfei-



Alunos: qualidade dos estágios
çoamento técnico dos professores, através da realização de 26 diferentes cursos, e a constante divulgação de informações aos docentes, por parte da Fundação de Pesquisa e Agropecuária (Fepagro). A duração do protocolo será de dois anos, a contar de janeiro de 1997, podendo ainda ser prorrogado pelo mesmo período.

Vem aí a privatização das florestas

Sucursal Brasília

O Brasil poderá abrir suas florestas nacionais e públicas para licitações que envolvam o capital nacional e o estrangeiro. Pelo menos esta é a intenção do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA), que tem um projeto de privatização de 39 florestas, envolvendo cerca de 12 milhões de hectares. O projeto, que está na Secretaria de Desenvolvimento Integrado do ministério, feito em colaboração com o Ibama, inclui a Floresta Nacional de Tefé (Flona) e uma área de 1,5 mi-

lhão de hectares, na Amazônia destinado para o mesmo fim.

"Colocar uma área de tremenda biodiversidade como essa para o domínio público é maluquice", declarou um ambientalista do Ibama que não quis se identificar. Ele salientou que é incabível "pegar e privatizar uma área, como a Flona, que tem 210 espécies diferentes de árvores por hectare, entre 300 e 350 espécies de pássaros e 14 de macacos".

O secretário de Desenvolvimento Integrado do MMA, Raimundo Deusdara, diz que a intenção do ministro Gustavo Krause não é entregar as florestas ao capital estrangeiro, mas estancar o desmatamento desenfreado.

Adequação

*Joabel Pereira

O que os professores indicados pelo Ministério da Educação esperam definir é uma adequação das escolas agrícolas à sua finalidade e aos novos tempos. Enfim, descobre a burocracia que se estabeleceu em Brasília e de lá dita normas para tudo e todos a importância deste nível de técnicos. Em primeiro lugar, é preciso melhorar a qualidade do ensino da mesma forma que se sabe deve ser feito na rede pública. Simultaneamente, e por conseqüências, recuperar a qualidade do técnico que vai atuar no meio rural, um profissional que precisa de amplo conhecimento, treinamento e orientação. Num tempo em que a produtividade agrícola é decisiva e estabelece as diferenças de produção preço, em que a população se urbaniza rápido e acentuadamente e proliferam os sem-terras, é preciso ter gente bem preparada, técnicos de nível médio para levar novas tecnologias e métodos ao homem do campo. São 45 mil jovens que vão para escolas que teoricamente devem prepará-los para trabalhar no setor primário. Se a reforma dos currículos for adequada aos novos tempos, o resultado a terra mostrará logo.

*Jornalista do Correio do Povo - RS/RB.

Participe da discussão da nova LDB da Educação

XVII ENCONTRO ESTADUAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Cidade: Erechim

Data: julho de 1997

Promoção: Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Informações: fone (051) 290-4421

PENSE BEM

Os rumos do país estão certos?

Ensino técnico foi centro de debate

Professores da área técnica, representantes de instituições de ensino e da Secretaria Estadual de Educação (SEC) discutiram, ontem, no Plenarinho da Assembléia a participação do ensino profissionalizante na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em dezembro do ano passado. Cerca de 30 pessoas participaram do encontro, promovido pela Confederação Brasileira dos professores de Ensino Agrícola (CBPEA).

Pela manhã, painelistas e debatedores trataram da formação dos profissionais que atuam na área técnica. A tarde, foi a vez do debate sobre a educação profissional. Contemplados na Lei 9.394 com 4 artigos do capítulo 3, os cursos de ensino profissionalizante não fazem mais parte do currículo obrigatório das escolas brasileiras. Além disso, atualmente muitas instituições de ensino preferem contratar apenas instrutores ou monitores para exercer a função de um profissional com curso superior.

Sindicalismo

Governo gaúcho não sabe quanto deve ao magistério

***Governo do Estado deve aos professores os gatilhos de janeiro e julho**

Wilson Arruda F^o



Valorização: Camini exige que governo valorize o magistério

cumpra a lei salarial 10.395 que ele mesmo propôs e sancionou. A diretoria do Cpers/Sindicato tentou, em vão, durante todo o ano passado negociar o crédito. Segundo a presidente da entidade, Lúcia Camini, para o magistério são devidos os gatilhos de janeiro e julho, além do reajuste semestral de 1,96%. A categoria ainda luta pelo repasse de 46,72% concedido em 92 a delegados, procuradores e oficiais da Brigada Militar, que deveria ser estendida aos professores e funcionários de escola. "Vamos debater a qualidade do ensino, mas considero como pré-requisito valorizar os trabalhadores em educação", lembrou Camini.

"Com um básico de R\$ 111,60 mais R\$ 44,00 de abono, para o regime de trabalho de 20 horas semanais, a maioria dos

educadores estão a beira do colapso, muitos não tem dinheiro para alimentação, pagar aluguel e quitar débitos com água e luz" queixou-se o presidente da Agptea, Antônio Helvino Ilha. Continuando, ele acrescentou que o governo vive de propaganda e lamenta que "eles passam a ideia na mídia de estar tudo bem".

Por incrível que possa parecer o chefe da Casa Civil, Mendes Ribeiro Filho e o secretário da Fazenda, Cesar Busatto disseram que o governo não sabe qual é o montante da dívida para com os funcionários. Segundo eles, como o governo não paga, os cálculos não são feitos mês-a-mês. No entanto, Mendes garantiu que o governo vai cumprir a lei, mas não apontou um prazo para regularizar a situação caótica do bolso dos professores e funcionalismo.

Educação Profissional: qual o seu significado na nova LDB?

Marlou Pellegrini*



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 20/12/96, após oito anos de "gestação" democrática, se caracteriza pela inovação. Embora tenha sofrido várias reuniões e alterações fruto da própria caminhada democrática, participativa, ela não perdeu o espírito inovador que a sociedade civil lhe deu enquanto participe da sua construção e elaboração.

A inovação está, não na "letra fria", mas no "espírito" da Lei, ou seja nos seus pressupostos teóricos, nas ideias filosóficas, sociológica, políticas e pedagógicas que a embasam, que a sustentam e que devem nos orientar na sua leitura, interpretação e implementação.

Não se, pode apressadamente, dizer que a LDB desvaloriza ou valoriza a educação profissional, que acelera ou entrava o processo de formação profissional, que qualifica ou desqualifica o ensino técnico. O que se pode dizer, isso sim, é que ela expressa uma nova concepção das relações entre educação - escola - trabalho etc., que precisam ser refletidas, discutidas pelos educadores.

Os pressupostos orientadores da lei 5692/71, que introduziu a qualificação para o trabalho na educação brasileira,

viam, por exemplo, a escola como responsável pela qualificação do cidadão brasileiro que, por sua vez, deveria promover o desenvolvimento econômico da nação. A relação educação - tecnicismo - desenvolvimento econômico era uma das molas propulsoras dessa Lei.

A inovação da nova LDB está, exatamente em, adequando-se as novas tendências sócio-políticas e pedagógicas defendidas pelos educadores, promover uma mudança de mentalidade, uma nova maneira de ver as relações educação - escola - cidadania - mundo do trabalho - prática social - educação profissional.

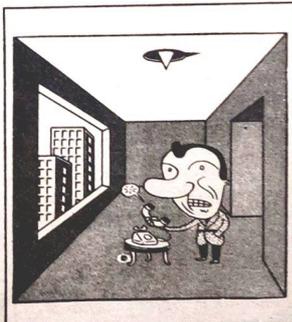
A resposta, então, à questão título dessa matéria será construída por nós, educadores, na medida em que refletirmos sobre ela.

* A professora Marlou Pellegrini assessora o Departamento de ensino técnico na SEC/RS

Cumprimentos

A Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) cumprimenta Vossa Senhoria e acusa o recebimento de exemplar do Jornal da AGPTEA, cujos artigos serão alvo da melhor apreciação e por cuja remessa fica imensamente grata.

Francisco Antônio Feijó
Secretário Geral
Brasília/DF/ março 97



CARTAS

Magistério

Quando haverá um reajuste salarial? Assim como eu, vários colegas estão quase em estado de miséria. Como a maioria, paga aluguel, tenho uma alimentação incompatível com meu tratamento para hipertensão e ainda convivo com mal-estares, pois o dinheiro é insuficiente para os medicamentos. Não posso fazer nem tratamento dentário

Frederico João Eckhart
Professor - Poa/RS

Reeleição

Mesmo antes de ser aprovada a reeleição, os cofres públicos já vinham pagando, com dinheiro do povo, insistentes propagandas que garantissem mais um nefasto mandato para o presidente Fernando Henrique. Começou cedo a lavagem cerebral alimentada pela mídia e dirigida à massa menos esclarecida e de fácil manipulação, que, sem mais poder sonhar, se contenta apenas com um pouco de comida. Por que não investir em empregos, saúde e educação? Será medo de que essa massa, raciocinando, deixe de ser marionete?

João Machado dos Santos Exequiel
Professora - Pelotas - RS

GRITO DA TERRA

O acesso dos agricultores periféricos, ao crédito agrícola (Pronaf), que hoje encontram-se excluídos e a extinção da taxa de juros para quem tiver renda agropecuária anual inferior a R\$ 6 mil, são algumas das reivindicações do 4º Grito do Campo, que iniciou na última quinzena de

março, liderado pelos Sindicatos dos trabalhadores na agricultura.

Para o governo do Estado (RS), está sendo solicitado a implantação de um seguro agrícola estadual com cobertura de 100% para agricultura familiar, além de um plano social com a finalidade de conter o exódo rural.

PENSE BEM

Como pode um professor estadual no RS ganhar de básico R\$ 111,00 e mais R\$ 44,00 de abono para trabalhar 20 horas semanais?

Diretoria da AGPTEA reuniu-se para discutir a nova LDB e o Projeto de Lei 044/97 que cria a Superintendência do ensino técnico



/Apesar do descaso do governo do Estado, a Escola Guaramano dribla a falta de verbas

Escola Guaramano: aprimora o ensino agrícola

Vilson Arruda Fº

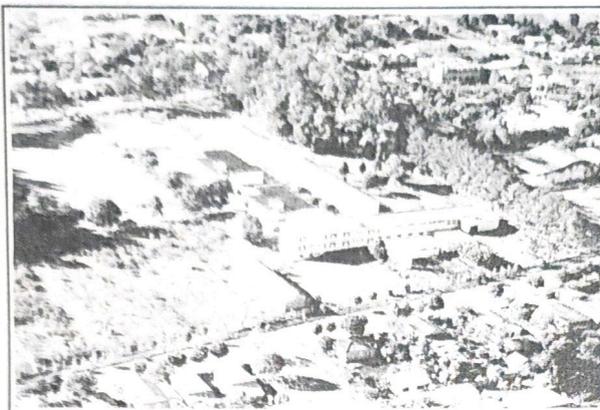
A preocupação com as questões da educação, em Guarani das Missões, iniciou desde a chegada dos imigrantes em (1894), quando as famílias colonizadoras lutavam pela instrução formal dos seus filhos. Com união, trabalho e entusiasmo a população, auxiliada pelo padre Estalislau Golonbiowski, ergueu a primeira escola particular na região, a qual era mantida pela própria comunidade.

Em 28 de janeiro de 1906 foi fundada a primeira escola particular mantida por uma sociedade religiosa denominada "Nossa Senhora do Monte Claro". Esta escola tinha como objetivo instruir os filhos dos sócios e colônios promovendo a agricultura sistemática por meio de jornais agrícolas, bibliotecas e conferências. A área do colégio tinha duas salas de aula, um biblioteca e um alojamento, além de uma sede social.

Com a chegada do professor polones Isidoro Osowski, em 1938, na colônia de Guarani, mudaram os rumos pedagógicos da escola que passou a denominar-se "Sociedade Escolar Agrícola Nossa Senhora".

Em 1953, novamente ocorre alteração de denominação, e a escola passa a se chamar, "Sociedade Agrícola Guaramano", quando foi instalada uma comissão pró-ginásio (ensino secundário). Um ano antes da emancipação do município, 1958, a denominação do colégio sofre nova mudança e passa a designar-se: "Sociedade Escolar Agrícola Nossa Senhora de Guarani das Missões".

Com a ajuda da Prefeitura, recém instalada, inicia-se, um ano depois, 1959, a construção de novos prédios para salas de aula e internato. No ano de 1963, houve nova mudança de denominação, quando passou a chamar-se "Escola Técnica Rural de



/Vista parcial aérea da Escola Estadual Agrícola Guaramano

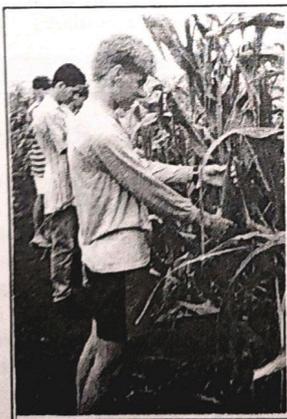


/Estudantes realizam aula prática na cultura da erva mate

Guarani das Missões".

A Sociedade não mais podendo manter o funcionamento da Instituição devido ao orçamento dispendioso, em 1964 oficializou a cessão da Sociedade ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e em 1981, a Sociedade se dissolveu. Assim, com a educação voltada para a agricultura, o colégio começou a se preocupar com o vocacional agrícola. A autorização do funcionamento da Escola de 2º Grau com habilitação em Agropecuária, em Guarani das Missões, somente chegou no ano de 1984.

Atualmente, a Instituição é denominada de "Escola Estadual de 1º e 2º Graus Guaramano, Técnico em Agropecuária", que oferece também o ensino de Pré-escolar Nível B e Jardim de infância Nível A.



/Setor produtivo de milho



/João Rigon (E) vice-diretor, Leonor Dugato (C) Diretora e Meri Marmilicz, vice-diretora da Escola Guaramano.



/Alunos observam parasitas na cultura do pessegueiro

Setores de produção

Numa área total de 54 hectares, dividida em 35 ha para lavouras, 7 ha para plantio de pastagens e 8 ha utilizados como reserva florestal, a Escola Guaramano oferece nas áreas de agricultura e pecuária, através das Unidades Educativas de Produção (UEP), a base principal de sua formação relacionando as atividades práticas com as pedagógicas.

Fruticultura - Cultiva frutas cítricas e rosáceas, com o objetivo principal de acompanhamento e experimentação, além de industrialização artesanal.

Suínocultura - Com total de 41 animais das raças Landrace e Lagewate possibilita o desenvolvimento de aulas técnicas. Também abate para o consumo interno. O excedente é comercializado.

Horticultura - Objeto

principalmente, promover o acompanhamento dos processos de produção e o aproveitamento interno no econômico.

Bovinicultura de leite - Desenvolve técnicas com acompanhamento dos alunos em todas as suas etapas. A ração é produzida na própria escola para atender 15 cabeças. Também desenvolve pastagem e silagem. O leite é consumido pelos alunos na forma inatura e industrializado.

Avicultura - Com cerca de 380 aves, de corte e postura, a escola possibilita aos alunos a observação técnica de produção, que após são destinadas ao consumo interno. Produz 300 ovos diários.

Culturas - Produz em 15 ha soja, mandioca, batata, cana-de-açúcar, trigo, sorgo e milho.

DIREÇÃO

A Escola Agrícola Guaramano é dirigida pela Diretora **Leonor Rigodonzo Dugatto**, eleita em 1995.

Na vice-direção geral atua a professora **Meri Terezinha Marmilicz**.

O professor **João Feliciano Rigon** é o Vice-diretor do internato.

*O representante da AGPTEA na Escola é o professor **Narciso Dornelles Primo**.

EDUCAÇÃO AGONIZA

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) alerta que o presidente da república, Fernando Henrique tirou a educação pública na mais grave crise de sua história. Enquanto as escolas agonizam e tentam sobreviver sem segurança, com salas de aula superlotadas, sem merenda, livros didáticos, faxineiras e com professores recebendo salário de fome, bilhões são jogados nas mãos dos banqueiros, entre eles a sua nora, do banco Nacional. Salientam os estudantes que nunca neste país a educação esteve tão abandonada.

Nunca se viu tanta miséria, incluindo a saúde que está caótica.

PENSE BEM

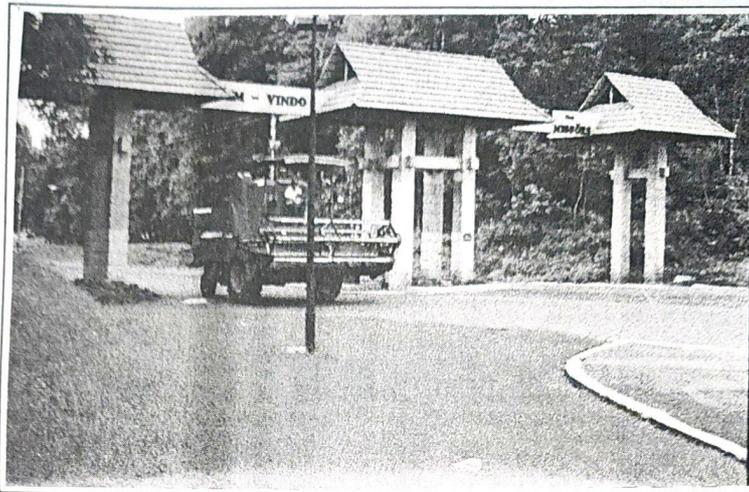
Em menos de um ano, cerca de 110 escolas públicas fecharam suas portas no estado de São Paulo e 23 mil professores demitidos.

DESCASO NA EDUCAÇÃO

Cerca de 74 mil livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) do governo federal estão jogados no armazém do Cais do Porto, em Porto Alegre (RS), enquanto deveriam estar nas mãos dos estudantes gaúchos. Os exemplares estão no depósito, desde outubro do ano passado, mas deveriam estar nas escolas em fevereiro, admite a representante da FAE, Marisa Abreu. "A Secretaria Estadual da Educação (SEC) é que tinha a responsabilidade de realizar a distribuição", assegurou.

/Capital polonesa dos gaúchos é sede do encontro de professores do ensino agrícola
Participe do II ESBEA em Guarani das Missões

Vilson Arruda Fº



Pórtico: no acesso de entrada na cidade o Pórtico do Imigrante é atração turística

Aspectos econômicos

Agropecuária

A base da economia de Guarani das Missões provém do setor primário, onde grande parte dos agricultores são pequenos proprietários. Os principais produtos cultivados são: soja, milho, feijão e trigo.

A pecuária, segundo dados da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente é explorada na criação de bovinos, suínos, aves e gado leiteiro. Também a Prefeitura fomenta em parceria com a EMATER, o Associativismo Rural (Condomínios) que impulsiona as propriedades. A diversificação de culturas também é outra

importante prática desenvolvida no setor primário, da economia. A criação de peixes em açúdes vem sendo praticada com tecnologia avançada.

Indústria e comércio

Na área industrial, o município conta com duas indústrias de óleos vegetais, fábrica de parquet, calçados, esquadrias de ferro e madeira, tanques e caixa de água metálica, além de curtumes.

Formado de médios e pequenos estabelecimentos comerciais, localizados na área urbana, cerca de 90 empresas cadastradas na ACI contribuem com o recolhimento de ISSQN.

Aspectos culturais

Considerado o maior centro de colonização polonesa no País, Guarani das Missões, criou a BRASPOL, entidade representativa da etnia no Município.

O Centro de Tradições (CTG) Guerreiro das Missões tem preservado e resgatado a cultura gaúcha.

Grupo folclórico

Realçando a cultura e as tradições do povo polonês, o Grupo Folclórico Água Branca, presidido pelo professor Lauro Marmilicz, conta com cerca de 100 figurantes que apresentam danças típicas da Polónia, com elencos infantil e adulto.

Aspectos religiosos

A religião predominante é a católica. Sendo destaque a procissão de Corpus Christi, que é realizada anualmente. Os fiéis, em ação de graças ornamentam



/Grupo Folclórico Água Branca

as ruas, por onde passa o cortejo, com tapetes coloridos, confeccionados com sergagem.

Aspectos educacionais

A rede de ensino de Guarani das Missões é constituída de 18 escolas municipais, 13 escolas estaduais e 2 escolas particulares, localizadas na zona urbana e rural.

Na sede há três estabelecimentos de 2º grau completo que oferece a população quatro cursos: Técnico em Agropecuária, Técnico em Contabilidade, e Magistério de 2º Grau sem habilitação.

A Prefeitura Municipal dispõe de oito camionetes - Kombi - e dois ônibus para o transporte diário de 800 alunos para as escolas nucleadas.

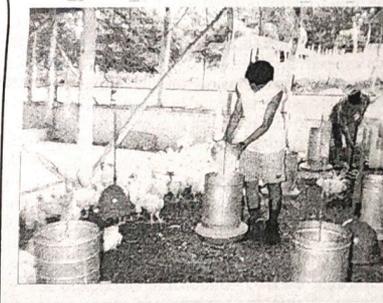
A taxa de alfabetização está em torno de 95%.

Pontos turísticos

- Fonte de água mineral em Linha Estefânia.

- Igreja Santa Tereza D' Ávila (pos sui a casa paroquial mais cara do mundo, a qual foi motivo de matéria no programa "Fantástico" da Rede Globo de Televisão).

- Balneário Nossa Senhora de Czestochowa e as quedas d' água.



/Avicultura está em pleno desenvolvimento no município.



/A suinocultura é um setor econômico produtivo

PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL

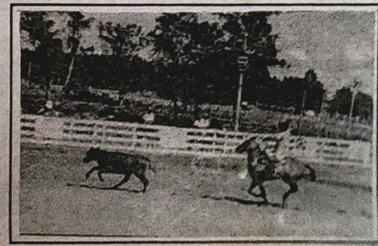
O assessor estudantil da Secretaria Estadual de Educação (SEC), Emir Pinho, esteve visitando a sede da nossa Associação, no final do mês de março, quando salientou a importância do Jornal da AGPTEA devido a diversidade de opiniões dos colonistas e, a abrangência das matérias editadas. Ele também apelou para que os professores das Escolas Técnicas Agrícolas incentivem a participação dos alunos no Conselho Escolar, órgão colegiado, que, dentre outras atribuições aprova o plano global da escola, garantido no Projeto de Gestão Democrática.

PENSE BEM

JÁ ESTAMOS NO MÊS DE ABRIL E A MAIORIA DAS ESCOLAS GAÚCHAS ESTÃO SEM MERENDA ESCOLAR

RODEIO CRIOULO NA ETA

De 11 à 13 de abril será realizado o XIV Rodeio Estadual de Viamão. O evento é realizado pela Escola Técnica de Agricultura, e terá provas campeiras como tiro de laço, gineteada, estafeta e rédeas. A parte artística contará com invernadas,



trovas, declamações e no sábado fandango

Educação profissional

Martim Saraiva Barboza

O diagnóstico elaborado pelo grupo nomeado pelo Governo do Estado para propor reformulações na política estadual de educação profissional, confirmou que os principais problemas enfrentados pelas escolas que oferecem essa modalidade de educação dizem respeito à falta de articulação entre os diferentes agentes da educação profissional, entre escolas e setor produtivo, inadequação de currículos, recursos humanos com carência de preparação e valorização profissional, defasagem em equipamentos e instalações e falta de um organismo de coordenação política por parte do governo.

Entre as diversas sugestões apontadas nesse trabalho, que contou com a participação de representantes de órgãos governamentais e não governamentais que interagem com a educação profissional, a que considero mais importante foi a de criação de um novo marco institucional para coordenar a política de educação profissional do estado.

Após muitos debates e estudos jurídicos, com participação da Procuradoria Geral do Estado e com o aguardo necessário da aprovação da nova LEI DAS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, finalmente o Governo do Estado, demonstrando vontade política de reestruturar a educação profissional, encaminhou à Assembleia Legislativa no dia 05/03/97 o Projeto de Lei 44/97 que "dispõe sobre a Educação Profissional e cria a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO e dá outras providências".

É necessário esclarecer que concomitante a isso a Secretaria da Educação continua trabalhando para melhorar o dia-a-dia das escolas públicas orientada em muito pela lei de "Gestão Democrática" e no que toca especificamente às escolas técnicas, pelas sugestões contidas no trabalho elaborado pelo grupo governamental nomeado pelo Governador do Estado, sob a coordenação do Vice-Governador Vicente Bogo com a tarefa de propor alternativas ao ensino profissionalizante e do qual sou Secretário Executivo.

Também há que ser registrado que este grupo elaborou proposta para a educação profissional do Rio Grande do Sul, que vem sendo discutida com o MEC - Ministério da Educação e o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, visando adequar o conjunto das ações de educação profissional do Estado à nova LDB e à política nacional de educação profissional, incluindo a criação de 5 (cinco) centros profissionalizantes de excelência no estado, e também, recursos para melhorar instalações e equipamentos da rede de escolas técnicas do estado e para investir em recursos humanos, desde a melhoria da gestão até a habilitação, atualização e aperfeiçoamento de pessoal docente e administrativo.

A SUPERINTENDÊNCIA - SUEPRO RS (PL 44/97).

Num breve comentário quero destacar que a criação de um órgão com autonomia administrativa, financeira e pedagógica, naturalmente vinculado a Secretaria da Educação, para coordenar a educação profissional do estado, atende a uma necessidade de tratamento diferenciado que essa modalidade de

educação requer e, a uma antiga reivindicação de todos que trabalham com educação profissional.

A criação da SUEPRO trás consigo alguns princípios e alguns desafios e enfrentamentos. Como princípios destaco a política de regionalização que visa educação profissional voltada aos interesses de cada região do estado e também o princípio da co-participação de entidades públicas e privadas, o que determina que o estado busque parcerias através de contratos de gestão ou convênios, devendo incentivar, inclusive, a formação de instituições regionais preferencialmente públicas, não estatais, envolvendo municípios, universidades, empresas, sindicatos e outras, podendo até passar a elas bens afetos a escolas técnicas de habilitação plena. Mas o desafio maior será instalar a SUEPRO. Construir sua organização e legitimá-la perante o Rio Grande e fora dele. Enfrentar o debate da regionalização e da parceria vencendo o corporativismo e os neoconservadores que vão acusar a proposta de privatizante e neoliberal como fizeram com a lei da Gestão Democrática, chegando a dizer que a mesma abria caminho para privatizar escolas. É de nos perguntarmos hoje se temos notícia de alguma escola privatizada?

Sobre a SUEPRO o importante agora será o debate na Assembleia Legislativa que poderá melhorar o projeto em tramitação.

Em conclusão quero repetir o que tenho dito em todas os fóruns nos quais tenho tido a oportunidade de discutir a educação profissional. "Não há receitas prontas nem donos da verdade. O que temos agora é um processo em andamento. Uma LDB que felizmente acabou com as amarras e liberou estados, municípios e escolas para buscarem novos caminhos e construir novas propostas de educação profissional, com o fim de alguns cursos, transformação de outros e criação de novos. O que deve ser feito com muita seriedade e olhando sempre para a realidade e as perspectivas do mundo do trabalho inserido nos diferentes setores produtivos, com as tendências futuras de um mundo em transformação. O que não podemos é ficar parados. É preciso discutir, planejar e executar com criatividade. Temos até o direito de errar por tentar fazer alguma coisa. Mas ficar omissos ou simplesmente torcendo para dar errado é uma atitude descompromissada com os jovens e o futuro do País."

Finalmente é preciso ter claro que a educação como qualquer outra política pública, só terá os investimentos necessários e a valorização adequada dos seus recursos humanos, quando recuperarmos a capacidade de investimento do estado, o que vem sendo perseguido por diferentes governos municipais, estaduais e pelo próprio governo federal, ainda que presenciemos muitas discordâncias, a maioria por razões partidárias.

Abstraidas as questões dependentes do dinheiro e do curto prazo, concluo que a política estadual de educação, incluindo a educação profissional, está merecendo do governo o tratamento adequado ao seu futuro, mas que a participação de todos os que interagem com a educação profissional é a única garantia de sucesso.

TÉCNICA ECOLÓGICA

Super Magro - Fórmula Completa

O Super Magro é um biofertilizante enriquecido para aplicação foliar nos cultivos. O modo de preparo é o seguinte:

Em um recipiente de 250 litros, colocar 30 quilos de esterco fresco de gado e completar com água até 120 litros (pode ser fracionado para obter volumes menores).

A cada cinco dias colocar 1 dos seguintes elementos na mistura:

- 2,0 quilos de Sulfato de Zinco (Zn SO₄) - dividir em duas vezes.
- 2,0 quilos de Sal Amargo (Mg SO₄)
- 0,3 quilos de Sulfato de Manganês (Mn SO₄)
- 0,3 quilos de Sulfato de Cobre
- 2,0 quilos de Cloreto de Cálcio
- 1,5 quilos de Bórx ou 1 quilo de Ácido Bórico - dividir ambos em duas vezes.

- 50 gramas de Sulfato de Cobalto
- 100 gramas de Molibdato de Sódio
- 0,3 quilos de Sulfato de Ferro

Cada vez que colocar um dos produtos da lista acima, acrescentar junto os produtos da lista abaixo (quanto maior a diversidade melhor). Acrescentar mais 20 quilos de esterco fresco e 20 litros de água após adição de 4 elementos da lista acima.

- 1 litro de leite ou soro de leite
- 1 litro de melação de cana ou 500 gramas de açúcar mascavo
- 100 mililitros de sangue
- restos de moídos de fígado
- 200 gramas de farinha de conchas

No final da série, completar o recipiente com água até 250 litros e esperar no mínimo um mês antes de usar.

USO: em pulverização foliar na diluição de 1 a 5% em água.

Lembramos que esta fórmula não é apenas uma receita, mas sim uma adubação complementar. Deve ser associada com outros procedimentos de agricultura ecológica para se alcançar um alimento sadio e um ambiente preservado.

Fonte: Horta Ecológica - Fundação GAIA

Palmeira das Missões sediou encontro do Conselho de Diretores

Os diretores e os vices das vinte e seis escolas agrícolas do Estado reuniram-se na Escola Agrícola de Palmeira das Missões (RS), nos dias 19 e 20 de março. Entre outros assuntos foi discutido o Projeto de Lei que cria a Superintendência que vai administrar o ensino técnico no Rio Grande do Sul. Na ocasião os professores reunidos com a diretoria da AGPTEA formalizaram uma proposta de emenda para o projeto, que ora tramita na Assembleia Legislativa. O mesmo, será encaminhado através do presidente de nossa entidade, à Comissão de Educação daquela Casa.

O presidente do Conselho de Diretores, professor Santim, entende que a discussão foi



válida, em vista de que a maioria dos diretores ainda não tinham conhecimento, na íntegra do Projeto.

SUICÍDIO RURAL

O Rio Grande do Sul consome cerca de 22% da produção de tóxicos para lavoura e acaba como recordista nacional em mortes.

O Estado gaúcho tem a maior média de suicídios no país. Em 1989 o Brasil registrou 3,20 suicídio para cada 100 mil habitantes e, em 95 disparou para 10,7. No Estado do RS, a região de Venâncio Aires bate todos os records, com a média de 37,22 por 100 mil habitantes.

Cientificamente é comprovado que a intoxicação por agrotóxicos provoca problemas físicos e mentais e, por consequência, ansiedade e depressão. Também esta comprovado que a depressão é um grande fator de risco para o suicídio.

PENSE BEM

**TRADICIONALMENTE
O RIO GRANDE DO
SUL É O ESTADO
BRASILEIRO QUE
MAIS UTILIZA
AGROTÓXICOS**

PROFESSORES SEM SAÚDE

Os professores das Escolas Estaduais, cujo o atendimento médico é prestado pelo Instituto Previdenciário do Estado (IPE) reclamam que os médicos credenciados no interior do RS estão dificultando os atendimentos. Em contra partida, os profissionais da saúde justificam o péssimo atendimento porque o IPE tem atrasado o pagamento das consultas, que segundo eles, também os valores estão defasados.

Enquanto isso, os professores ficam a merce da vontade do governador Antônio Britto. Ainda bem que o trabalhador em educação não adoce. Morre antes, de fome e miséria.

II - ENCONTRO SULBRASILEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA

II - ENCONTRO SULBRASILEIRO DE ENSINO AGRÍCOLA

XII - ENCONTRO ESTADUAL DE ENSINO AGRÍCOLA



LOCAL

Escola Agrícola Guaramano

RUA MIGUEL KAMINSKI, S/Nº - CEP 97950-000 -
GUARANI DAS MISSÕES - RS
FONE: (055) 353-1011

DATA

08 a 10 de maio de 1997



PROMOÇÃO

**ASSOCIAÇÃO GAÚCHA DE PROFESSORES
TÉCNICOS DE ENSINO AGRÍCOLA**

AGPTEA

CBPEA

ESCOLA GUARAMANO

Prefeitura Municipal de
Guarani das Missões

banrisul

EMATER

CAIA UFRGS

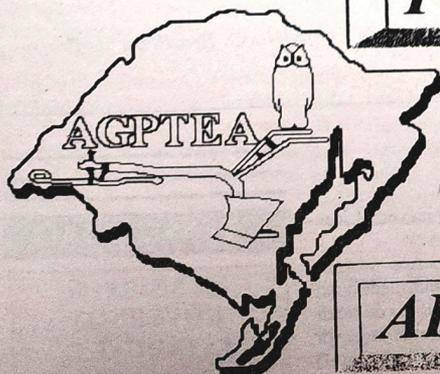
APOIO

TEMAS

- Política Educacional e Agrícola
- Agricultura e Ambiente

Oficinas

- Biofertilizantes
- Hidroponia
- Plantio Direto
- Plasticultura



A reeleição ou como rasgar o Brasil

Clóvis Kappel*

Certo dia um amigo me perguntou porque era contra a reeleição quando todo o Brasil é a favor.

Tento explicar. Primeiro, não é "todo mundo". Segundo, existe (existe?) uma constituição onde constituintes foram eleitos para votarem as novas regras do jogo e inclusive com um novo encontro cinco anos após a promulgação desta. Não ocorreu. Entre eles estava o Fernando Henrique, votando contra a reeleição. É difícil aceitar que um cidadão intelectual, perseguido pela ditadura, exilado no Chile, com livros de alto nível, posteriormente pedir para esquecer tudo o que escreveu. É incompreensível vê-lo aliado com aqueles que contribuíram para sua saída do país e pertencentes a linha de direita mais danada da política brasileira. Terceiro, não dá para deixar de lado as questões envolvendo os bancos falidos e o comportamento da grande mídia que procura mascarar a realidade a tal ponto que conseguem posicionar os contrários ao sistema como bobocas ou por fora da "modernização" da nova ordem econômica.

O nosso povo vai perdendo a sua identidade, a sua consciência crítica. Recordem da pasta cor-de-rosa. Projeto SIVAM, os tapa furos de bancos falidos, o caos na Saúde Pública e na Educação. A alimentação, que vem da área agrícola, sem incentivo nenhum. Nenhum programa contra secas, e a necessidades de silos para não colocar tanto alimentos no lixo.

A privatização é fácil de explicar. Difícil é botar na cadeia os que faliram o setor público. Sabe porque é difícil? São "companheirada" de partido e não concursados. São gente que vem da empresa privada para dentro da coisa pública, só para citar, Fernando Collor de Melo. Veio de onde? Produziu por quem?

Como é possível energia elétrica, telefonia, Vale do Rio Doce dar prejuízo? O amigo poderia me dizer como está passando o nosso ex-presidente, o ingrato? Alguém sabe onde está a grana do Brasil do falecido P.C.? Como o F.H.C. conseguiu bater o próprio recorde com a balança comercial desfavorável em um negativo assustador? E o desemprego?

A convocação extraordinária do Congresso, em festa foi de luxo. Nós, os bobocas, desembolsamos R\$ 40 milhões para pagar a festa de horas-extras dos deputados. Cada deputado recebeu pelos trinta dias, R\$ 32 mil. A grande mídia reclamou alguma coisa? Claro que não, pois eram os seus interesses que estavam votando.

A reeleição irá desestabilizar a nação. O neoliberalismo vem agindo perfeito. Nossos partidos de oposição estão uma gracinha. Não se entendem. Incompetentes. Quando no poder são contra educadores, funcionalismo e aposentados. Quando perdem o trono, juram amor eterno. Os sindicatos pregam a mesma técnica a mesma técnica do primeira dia de suas existências, quando mudam é para se associar aos seus interesses.

Gostaria que o meu amigo e os meus leitores procurassem ler sobre o governo Campos Sales (1898 - 1902) e compare onde todos os republicanos, em suas várias seções estaduais pretendiam manter o poder, se possível, eternamente. A fórmula era a "Política dos Governos". Tudo que está aí são cartas perigosamente marcadas. As oposições e sindicatos estão amordaçados e desunidos e alguns "cedidos" temporariamente aos neoliberais. Como explicar que o candidato tucano não recebe votos dos seus pares que por sua vez ajudam a eleger o presidente da Câmara Federal de outro partido.

As elites e as oligarquias vão como sempre bem. O povo está com problemas de visão, pois não conseguem perceber que no jogo dos palitos ficou com o menor. O preço do frango não é mais o mesmo.

Meu amigo se despediu, mas com jeito de quem iria se informar melhor.

ENSINO AGRÍCOLA - HOMENAGEM PÓSTUMA

*Professor Luiz Calvete Corrêa

Quando o foi publicado o "Ensino Agrícola - Decadência em Alta" - Informativo da AGPTEA nº 50, já esperava-se, para breve, alguma catástrofe, pois, pairava na atmosfera educacional uma nuvem carregada de notícias levando o agonizante ensino agrícola ao desaparecimento. Mais tarde (Dez/96 - Informativo da AGPTEA, nr. 51) no "Climax da Decadência", aguardava-se a qualquer momento o golpe de misericórdia, no já moribundo ensino agrícola

E, assim, acaba de entrar na história da educação nacional, o ensinoagrícola, deixando um rastro luminoso de realizações, representado por técnicos competentes e personalidades cultas e ilustres que souberam, com grandiosidade, em diversas épocas, prestar um serviço à Nação, colocando a agricultura e a pecuária, nos mais altos patamares da pujança, elevando a produtividade aos percentuais mais próximos da casa da centena.

Ocorre que, como diz um conhecido adágio popular: "A desgraça não vem sozinha". Realmente, junto com o ensino agrícola, foram levados, de roldão, os co-irmãos, Ensino Industrial e Comercial. É o Ensino Técnico que desaparece, da noite para o dia, por culpa única e exclusiva, dos educadores de gabinete que não souberam implantar uma reforma educacional que tinha tudo para dar certo.

É o Ensino Técnico que jaz no túmulo da incompetência, por culpa, também, daquelas Instituições de Ensino Superior que nunca se preocuparam em formar professores para o ensino técnico e que agora, levantando suas vozes contra a Portaria do MEC que cria um "Esquema Especial de Licenciatura", onde profissionais de nível superior com uma formação pedagógica suplementar poderão ministrar aulas.

Estes Educadores desconhecem que pela nova LDB o ensino técnico esta morto. Não sabem que o ensino profissional atual (Lei 9.394/96) é o mesmo até então, muito bem ministrado nos quatro Ss - SENAI, SENAR, SENAT, ou seja, ensino para preparar mão-de-obra qualificada para os setores produtivos da economia nacional. Ensino Profissional desvinculado da Educação formal. Ensino ministrado por "instrutores", mercedores de um salário profissional condizente com a nobre tarefa.

Não são, os instrutores, também, professores? Qual a diferença?

Não são eles que conduzem o processo ensino-aprendizagem nos quatro Ss.? Veio a nova LDB continuar com esta discriminação, ou dá uma nova visão, sob a ótica educacional, no sentido de reconhecer que os Instrutores dos quatro Ss., também, são Professores e, como tais, merecem assim serem enquadrados. Neste particular, regista-se um alerta para o fato de a Minuta de Portaria, do Sr. Ministro, encaminhada ao Conselho Nacional de Educação não proporcionar condições de habilitação para o magistério aos atuais professores do ensino técnico e Instrutores dos Quatro Ss, ainda sem curso superior.

Ocorre que, não temos mais o Esquema II - modalidade de formar professores a partir do técnico de 2 grau - e, o Esquema I deu lugar ao Esquema Especial, com redução da carga horária que passou das 840 horas (mínimo), para 540. Este Esquema dará direito ao diploma de Licenciado em disciplinas específicas e destina-se a portadores de diploma de nível superior em cursos relacionados à habilitação pretendida.

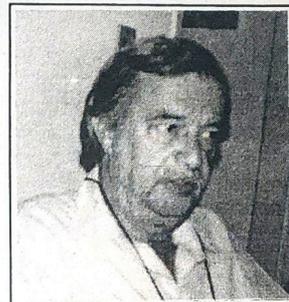
Seja este alerta, tão frutífero quanto o foi o alerta que levantamos contra o "badalado" PL. 1.603/96 que tratava da organização da Rede Federal de Educação Profissional. O Ministro da Educação retirou da Câmara dos Deputados o Projeto, pois, conforme nosso alerta, com a nova LDB que estava prestes a ser aprovada não haveria necessidade de novas regras.

Com o advento da "Nova LDB", que separou o ensino profissional do ensino regular, dando um destaque especial através do Capítulo III, com nova realidade nos deparamos, pois as atuais escolas técnicas poderão oferecer apenas disciplinas profissionalizantes, transformando-se em Centros de Educação Profissional.

Neste sentido o Ministério da Educação já determinou tal inovação para a Rede Federal, que deverá se especializar, progressivamente, na formação profissional.

Para as escolas técnicas públicas estaduais e para as particulares, esta mudança será opcional para 9 e obrigatória para o ano seguinte. Espera-se para o corrente mês de março a decisão Presidencial, neste sentido, através de Decreto.

*O professor Luiz Calvete Corrêa é o atual presidente da Confederação Brasileira de Professores do Ensino Agrícola.



"A desgraça não vem sozinha"

Calvete Corrêa

CBPEA CRITICA FORMA DE CONCURSO

A Escola Técnica Federal de Pelotas, através de editais publicados no Diário Oficial da União, em 06.03.97, torna público que estarão abertas as inscrições para processo seletivo, destinado à contratação, por tempo determinado, de professores substitutos, para matérias/disciplinas de ensino técnico profissionalizante, para exercício na Unidade de Ensino Descentralizada de Sapucaia do Sul - Escola Técnica (Edital nº

002/97), bem como, para provimento efetivo - nomeação (Edital nº 04/97).

O presidente da Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola, Luiz Calvete Corrêa, critica a política educacional do MED - Ministério de Educação e Desporto que autoriza a criação de cursos e escolas técnicas, sem a devida preocupação em conhecer a disponibilidade de recursos humanos habilitados para

atender as exigências legais para o exercício do magistério, apesar da luta desenvolvida pelas entidades de classe, há mais de vinte anos, no sentido de criação de cursos para habilitar os profissionais.

É tão evidente esta crítica que o próprio Edital nº 02/97 prevê a possibilidade de, prorrogar as inscrições, no caso de não haver candidatos inscritos para as disciplinas que admitem habilitação com Esquema II, admitindo candi-

datos que não possuam esta Licenciatura.

Observa-se, nos mesmos editais, outra irregularidade quando são aceitas inscrições de candidatos só com concurso superior, sem Licenciatura (Esquema I). Mais grave, ainda, quando no Edital 04/97 são admitidas inscrições de profissionais sem formação pedagógica (Esquema I), para provimento de cargo do Grupo Magistério, mediante nomeação.

PENSE BEM

QUANDO OS GOVERNOS ESTADUAL E FEDERAL IRÃO REALIZAR UMA POLÍTICA EDUCACIONAL SÉRIA

Britto terceiriza o ensino agrícola



Privatização: embora camuflado o ensino agrícola está marginalizado no RS

A Confederação Brasileira de Professores de Ensino Agrícola - CBPEA através de seu Presidente, Prof. Luiz Calvete Corrêa, manifesta sua preocupação com o destino das escolas técnicas de ensino agrícola do Estado.

Justifica a preocupação, considerando que, antecedendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei 9.394/96), o Governo do Estado cria, como órgão de execução da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, o Departamento de Desenvolvimento e Treinamento Profissional - DDTF - Decreto 36.696, de 20.05.96, encarregado de promover cursos de educação não formal, projetos e programas de desenvolvimento e profissionalização, voltados para a capacitação do pequeno produtor e do trabalhador rural do Estado do Rio Grande do Sul (art. 1o.).

Para a consecução de seus objetivos e para o cumprimento de suas finalidades, são criados no DDTF, Centros de Desenvolvimento e Treinamento Profissional, utilizando espaço físico e bens patrimoniais moveis e imóveis de Escolas Técnicas Agrícolas e Centros Rurais de Ensino Supletivo (art. 2o), ficando a administração geral a cargo, em sua totalidade, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento (art. 2o., 2o)

Em 01.06.96, são firmados acordos de cooperação entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento com objetivo de promover ensino formal e não formal no Setor Primário da Economia, cabendo à Secretaria da Agricultura a gestão administrativa, financeira, técnica, operacional e patrimonial dos Centros instalados, pelo Decreto 6.697 em Escolas Técnicas e

CRES, entre as quais, a Escola Técnica de Agricultura - ETA, de Viamão e o Centro Rural de Educação Supletiva - CRES, de Carazinho.

Por força do Acordo de Cooperação firmado, cabe à Secretaria da Agricultura, Treinar Professores para atuarem como Instrutores, e à Secretaria de Educação fornecer suporte pedagógico aos Centros, cedendo e transferindo gratuitamente à Secretaria de Agricultura, as Unidades Didáticas das Escolas Técnicas e CRES.

Agora, em 28.02.97, o Governador encaminha à Assembléia o Projeto de Lei que "Dispõe sobre a Educação Profissional, com a finalidade de propiciar o permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva, através da formação de técnicos de nível médio, e qualificação do trabalhador com qualquer escolaridade.(art. 1o.)

Pelo Projeto de Lei, o Poder Executivo fica autorizado a terceirizar o ensino técnico, transferindo os bens afetos aos estabelecimentos de ensino técnico do Estado, mediante concessão ou cessão de uso. Para implementação e acompanhamento das políticas estaduais para a educação profissional é criada a Superintendência da Educação Profissional do Estado do Rio Grande do Sul - SUEPRO/RS, no âmbito da Secretaria da Educação, com a competência, entre outras, de "utilizar os bens moveis e imóveis afetos aos estabelecimentos públicos de ensino do Estado que ofereçam cursos técnicos" para desenvolver cursos profissionalizantes formais e não formais. Ficará a Secretaria de Educação "livre" do ensino técnico.

ESCÂNDALO NA EDUCAÇÃO

A revista da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) denuncia que o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), o viajante, numa canetada na calada da noite, despejou R\$ 12 bilhões do Tesouro no banco de sua nora, o Nacional, enquanto que na educa-

ção do ensino básico apenas empregou, em 1996, R\$ 975 milhões. Segundo a UBES o quadro é alarmante, pois o governo propõe uma merreca de R\$ 147 milhões para dividir entre todas as universidades do país. O pior é que muitas universidades estão sem verbas para pagar tarifas de água, luz e telefone.

O ensino agrícola face a nova LDB

*Heitor Tomé da Rosa

A Lei 9394/96 enfatiza a questão da educação para o trabalho, de forma abrangente, sem descartar a educação profissional, em seu aspecto específico. Corrige, entretanto os equívocos da Lei 5692/71 quanto ao ensino profissionalizante.

A dimensão trabalho, enquanto valor educativo, está presente em diversas passagens de nova LDB. Já o artigo 1º, parágrafo 2º preconiza que "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social". No artigo 2º ao referir-se à finalidade da educação, menciona o "pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". A terceira ênfase pode ser observada quando, no artigo 3º, onde reforça "a vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais". Outra vez o legislador, no artigo 26, quando se refere às duas partes do currículo, diz que a parte diversificada deve atender as características regionais e locais, a cultura, a economia e a clientela. Ainda no artigo 27 a lei aborda as diretrizes complementares para os conteúdos curriculares e afirma que deve ser observada a "orientação para o trabalho". Sobre o Ensino Fundamental, Artigo 32, a nova Lei, ao tratar de objetivo de formação básica do cidadão, acrescenta que esta deve ser alcançada mediante a compreensão "...da tecnologia...". Entre as finalidades do Ensino Médio, Artigo 35, está "a preparação básica para o trabalho..." "a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos": assim, no Artigo 36, quando complementa as diretrizes do Ensino Médio, faz destaque à "educação tecnológica básica" dizendo,

também que ao final do Ensino Médio o educando deverá demonstrar "domínios dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna". Uma vez atendida a formação geral do educando, o Ensino Médio poderá preparar para o exercício de profissões técnicas. (Art. 36, § 2º).

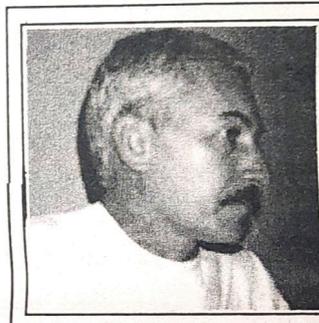
Embora a habilitação profissional seja facultativa, ao contrário da obrigatoriedade que fazia a Lei 5692/71, o legislador não exime a escola de articular a formação do aluno ao mundo produtivo. Isso fica explícito no Art. 36, Inciso III, § 4º, quando é dito que a "preparação geral para o trabalho" poderá ser desenvolvida nos esta-

da à educação brasileira face aos 300 anos de escravidão, que a nova LDB não está dando ultimato às habilitações de Educação Profissional, quer elas sejam habilitações de formação plena, parcial ou formação Profissionalizante Básica.

O que pode ser feito?

Considerando que toda a educação brasileira passa por amplo questionamento, quer pelos fracos resultados obtidos em pesquisas oficiais, que em decorrência das novas diretrizes emanadas a partir da LB, é conveniente que todos os cursos sejam avaliados, pertençam ou não à esfera da Educação Profissional.

Para uma responsá-



"A dimensão do trabalho está presente na LDB"

Heitor Tomé

belecimentos de ensino "ou em cooperação com as instituições especializadas em educação profissional". Percebe-se que a preparação para o trabalho é algo inerente ao currículo escolar.

Se não bastasse as passagens até aqui destacadas, a nova LDB dedica o capítulo III à Educação Profissional (Artigos 39 a 42) onde, entre outras questões, afirma que "o aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio ou superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional" (Artigo 39, Parágrafo Único). O que, finalmente, se percebe, ao analisar a lei 9394/96, desde que o faça sem preconceitos sobre a questão trabalho, viés arraigado ain-

vel tomada de decisão, é necessário que se proceda, a partir de uma definição de critérios, a uma ampla avaliação sobre a estrutura e o funcionamento dos cursos e sobre os resultados até então alcançados, bem como o envolvimento das habilitações profissionais com o setor produtivo local ou regional. A decisão jamais poderá ser baseada em um único critério, ou de forma generalizada, de que todos devem ser desativados apenas porque alguns apresentam condições insatisfatórias. É por demais sabido que as habilitações profissionais, embora existam conhecidas dificuldades, são preferidas pela clientela. Para o indivíduo jovem é melhor saber um pouco do mundo do trabalho do que nada saber, embora o ideal seja pela procura de cursos de qualidade.

*O professor Heitor Tomé da Rosa é coordenador do Ensino Técnico na Secretaria Estadual de Educação - SEC - RS - BR.

Professor!
Participe dos encontros
promovidos pela AGPTEA

**II - Encontro Sulbrasileiro de Ensino Agrícola e
XII - Encontro Estadual de Ensino Agrícola**
Escola Agrícola Guaramano - Guarani das Missões - RS
08 a 10 de maio de 1997

Programação

Dia 08 de maio - quinta-feira:

09:00 hs às 12:00 hs: Recepção e Inscrição
12:00 hs: Almoço
14:00 hs: Solenidade de Abertura do Encontro, Convidados Especiais.
16:00 hs:
Painel: Escola Agrícola Guaramano
Painelistas: Prof.ª Leonor Dugatto, Prof. Narcizo Flores Primo, Prof. João Rigon, Prof. Jairo Antônio Zanata, Prof.ª Meri Terezinha Marmilich, Prof.ª Tânia Maria Marques Gioveli.
18:30 hs: Encerramento
19:30 hs: Janta
20:30 hs: Atividade Cultural livre - Show com Cantor Nativista João Chagas Leite e Grupo.

Dia 09 de maio - sexta-feira:

08:00 hs às 10:00 hs:
Oficinas:
- Biofertilizantes: Eng. Agrônomo Dr. Ricardo Schmitz (Fundação Gaia - Porto Alegre, RS).
- Hidroponia: Eng. Agrônomo Dr. Ademar Aita e ou Eng. Agrônomo Dr. Lino Geraldo Vargas Monic (EMATER - Santa Maria, RS).
- Plantio Direto: Eng. Agrônomo Dr. Fernando Daniel Warjehowski (Secretaria Municipal de Agricultura de Guarani das Missões, RS).
- Plasticultura: Eng. Agrônomo Dr. (Plastisul - Sapucaia do Sul, RS).
10:00 hs: Intervalo
10:20 hs: Continuação das Oficinas
12:00 hs: Almoço
14:00 hs:
Palestra: Importância das Escolas Agropecuárias, no contexto da Pequena Propriedade Rural.
Palestrante: Dr. Lauro Luiz Chielle (Colégio Agrícola de Frederico Westphalen - UFSM - RS).
15:15 hs: Intervalo
15:30 hs:
Palestra: Agricultura e Ambiente
Palestrante: Dr. Sebastião Pinheiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
18:30 hs: Encerramento
19:00 hs: Janta
20:30 hs: Teatro, Apresentações Artísticas e Confraternização.
23:00 hs: Encerramento das Atividades

Dia 10 de maio - sábado:

08:00 hs:
Debate: Política Educacional e Agrícola.
Painel: Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Palestrante: Professora Marlou Pellegrini - Debatedores: Professores Luiz Calvete Corrêa e Heitor Tomé da Rosa.
10:00 hs:
Painel: Superintendência no Ensino Técnico.
Palestrante: Professor Martim Barbosa - Debatedores: Professores Vilson Antônio Arruda e Luiz Calvete Corrêa.
11:00 hs: Análise e elaboração de documento
12:00 hs: Almoço
14:00 hs: Visita às Ruínas de São Miguel
19:00 hs: Jantar de Encerramento e Despedida

Inscrição

Sócios da AGPTEA.....R\$ 20,00 (vinte reais)
Não Sócio.....R\$ 50,00 (cinquenta reais)
Estudante.....R\$ 20,00 (vinte reais)

Diária

Diária.....R\$ 8,00 (oito reais)
- Café da manhã, almoço e janta.

Hospedagem

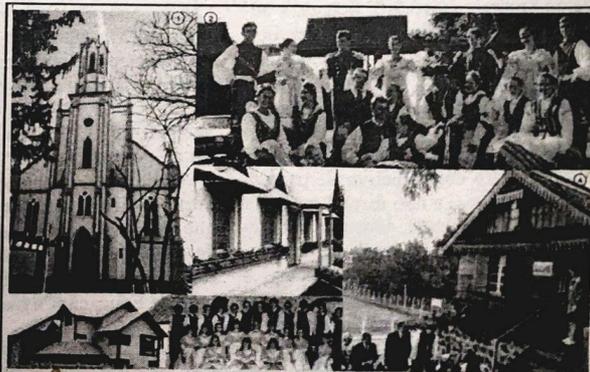
Hospedagem Gratuita na Escola:

- Masculina e Feminina;
- Levar roupa de cama;
- 200 vagas;
- Temperatura variada de 10°C à 20°C;
Reservas antecipadas pelo Telefone da Escola
Guaramano: F. (055)353-1011
Endereço da Escola: Rua Miguel Kaminiski, s/nº - CEP 97950-000 - Guarani das Missões - RS

Ônibus

Horário de Ônibus:

Porto Alegre a Guarani das Missões.
Horário: 21hs e 30 min. - diariamente
Valor da Passagem: R\$ 27,30
Tempo de Viagem: 10 hs e 30 min.
Distância: 650 Km



1) Igreja matriz - 2) Pórtico do Imigrante - 3) Prefeitura Municipal
4) Sede da BRASPOL - 5) Casa Paroquial - Grupo de Dança do CTG

Apoio: ESCOLA GUARAMANO

EMATER

Programa Canto Nativo
Rádio Caibaté

barrisul

CBPEA

PLASTISUL

UFRGS



Município de
Guarani das Missões

